



**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Coordenação de Contabilidade

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

<b>Denominação completa (UPC)</b>	<b>Código das UG</b>
Ministério de Minas e Energia	320001, 320002,
	320004, 320005,
	320006 320010,
	320011, 320012,
	320013, 320017,
	320060

Esta Declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2021.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrativo de Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta o Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante as:

Restrições Contábeis:

640 SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NAO CONFERE C/RMB (divergência de saldo registrado no sistema interno de controle do patrimônio - Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) - em relação ao SIAFI, conta contábil 12311.01.07 – Máquinas e Equipamentos Energéticos)

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

**Local** Brasília (DF)  
**Contador Responsável** Elizane Velozo Costa Guedes

**Data** 25/02/2022  
**CRC nº** CRC –DF nº 018138/O-2



**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças  
Coordenação de Contabilidade

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício 2021

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Ministério de Minas e Energia é um Órgão do Poder Executivo, inscrito no CNPJ sob o número 37.115.383/0001-53, e está localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U – Edifício Sede.

### 2. BASE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Ministério de Minas e Energia foram elaboradas com base nos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. E ainda em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Manuais SIAFI, os dois últimos Manuais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central de Contabilidade.

Essas Demonstrações Contábeis são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações do Fluxos de Caixa, todos extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e pelas Notas Explicativas. As Demonstrações foram emitidas a nível de Órgão e apresentam os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG's) constantes da tabela abaixo:

<b>Órgão MME</b>	<b>Unidades Gestoras</b>
Ministério de Minas e Energia Órgão/Gestão: 32000/00001  Administração Direta - Orçamento Fiscal de Seguridade Social – OFSS	320001 – Gabinete do Ministro
	320002 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
	320004 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
	320005 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH
	320006 - Coordenação de Contabilidade - CONT
	320010 - Secretaria de Planej. e Desenv. Energético - SPE
	320011 - Secretaria Executiva - SE
	320012 - Secretaria de Geologia, Mineração e Transf. Mineral- SGM
	320013 - Secretaria de Energia Elétrica - SEE
	320017 –Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- SPG
	320060 - Projeto Meta

### **3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério de Minas e Energia obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicadas ao setor público.

#### **3.1. Moeda Funcional e de Apresentação**

A moeda funcional é o Real e as demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais.

#### **3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as disponibilidades do Órgão estão mensuradas pelo valor original, uma vez feita a apresentação, quando em moeda estrangeira, submetida à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

#### **3.3. Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: adiantamentos concedidos a pessoal e outros créditos a receber a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. São constituídos também ajustes para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### **3.4. Estoques**

Esses são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo Órgão é o Custo Médio Ponderado, conforme artigo 106 da Lei nº. 4.320/64.

#### **3.5. Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

#### **3.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção, são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Se os gastos não gerarem tais benefícios eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O SPIUnet está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

## **Base de Mensuração do Imobilizado**

### **Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão**

O registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos para o registro contábil está descrito no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

A Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI estabelece o tratamento contábil a ser dado à depreciação, amortização e da exaustão de bens imobilizados, conforme detalhamento a seguir:

- Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2;
- Taxas de Depreciação: Definido de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6;
- Base da Depreciação: baseado no custo histórico do bem (valor da nota fiscal) para registro no SIAFI; e
- Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, ocorrerá um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos com o registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD de natureza extraordinária.

### **Reavaliação**

- Em conformidade com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados: aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, o valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido. E ainda, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.
- Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet**

- A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União - SPU, com dados registrados no SIAFI a partir do SPIUNet.
- A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, de 10/12/2014, dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNet.
- O SPIUNet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN.
- O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação. (Artigo 7º)

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. (Parágrafos 1º e 2º do artigo 7º)

### 3.7. Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

### 3.8. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

### 3.9. Provisões

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e sendo possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

## 4. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Balço Patrimonial

#### Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta representa os recursos financeiros liberados para aplicação nas operações da entidade e registrados na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU). Para o exercício de 2021 essa rubrica apresentou um aumento de 2,52% em relação ao exercício anterior correspondendo a R\$ 18.260.797,86.

Tabela 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

	dez/21	dez/20	AH%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO	731.458.859,78	713.581.892,82	2,51
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO - ORDEM PAGTO	12.690.294,95	12.306.464,05	3,12
<b>TOTAL</b>	<b>744.149.154,73</b>	<b>725.888.356,87</b>	<b>2,52</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essa conta constitui-se de duas maiores subcontas representadas por Adiantamentos Concedidos a Pessoal que equivale a 2,87% do valor total de 2021 enquanto que a subconta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo corresponde a 97,13%. A composição dessas duas subcontas está apresentada na seguinte forma:

**Tabela 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição**

Composição	dez/21	dez/20	AH (%)	AV (%)
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	0,00	430.668,79	-100,00	0,00
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	0,00	967.989,45	-100,00	0,00
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	544.243,62	542.866,96	0,25	2,87
<b>TOTAL(1) = ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL</b>	<b>544.243,62</b>	<b>1.941.525,20</b>	<b>-71,97</b>	<b>2,87</b>
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	687,11	687,11	0,00	0,00
TRANSF CONSTITUCIONAIS EM TRANSITO	0,00	5.877.903,27	-100,00	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	16.468.664,48	16.468.664,48	0,00	86,98
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.210,43	1.210,43	0,00	0,01
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	1.906.943,09	1.527.165,19	24,87	10,07
OUTROS CRED A REC E VAL A CP - INTER ESTADO	12.816,41	12.816,41	0,00	0,07
<b>TOTAL(2) = OUTROS CRÉDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>18.390.321,52</b>	<b>23.888.446,89</b>	<b>-23,02</b>	<b>97,13</b>
<b>Total (1) + (2)</b>	<b>18.934.565,14</b>	<b>25.829.972,09</b>	<b>-26,70</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo teve uma redução de 26,70 % do ano de 2020 para o ano de 2021 na ordem de R\$ 6.895.406,95.

O Item que motivou essa redução foi VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO que relacionam-se às Transferências Constitucionais em Trânsito (Pagamento de Royalties a estados e municípios). Em 2020 constava o registro de devolução de recursos pelo Banco do Brasil, a partir do valor de ordem bancária cancelada parcialmente, quando do pagamento da distribuição dos Royalties. Esse saldo foi baixado regularizando a conta contábil no exercício de 2021 por não haver distribuição relacionada ao documento da ordem bancária cancelada.

## Nota 3 – Imobilizado

### Bens Móveis

Os bens móveis são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) e estão evidenciados contabilmente na Unidade Gestora 320004 – CGRL/SPOA. O sistema esta integrado com o SIAFI e controla todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Ministério de Minas e Energia.

### **Bens Móveis – Composição**

**Tabela 03\_Bens Móveis**

UG 320004	dez/21	dez/20	AH (%)
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	54.873.224,24	54.807.635,04	0,12
BENS DE INFORMATICA	24.211.871,45	23.903.966,59	1,29
MOVEIS E UTENSILIOS	7.667.257,70	7.637.093,09	0,39
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	6.292.157,88	4.580.573,95	37,37
VEICULOS	356.890,99	356.890,99	0,00
DEMAIS BENS MOVEIS	142.221,76	2.050.893,67	-93,07
<b>VALOR CONTÁBIL BRUTO</b>	<b>93.543.624,02</b>	<b>93.337.053,33</b>	<b>0,22</b>
DEPRECIACAO / AMORTIZACAO ACUMULADA	(33.369.011,29)	(30.798.960,09)	8,34
<b>VALOR CONTÁBIL LIQUIDO</b>	<b>60.174.612,73</b>	<b>62.538.093,24</b>	<b>-3,78</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A variação ocorrida no valor contábil bruto da conta Bens Móveis foi pequena representando um decréscimo de 0,22% de 2020 para 2021, considerando os registros de entradas e saídas de bens.

Dentre os itens acima, a subconta Demais Bens Móveis foi a que apresentou a maior variação negativa equivalendo a 93,07% , na quantia de R\$ 1.908.671,91. Essa variação está relacionada à conta de Bens Móveis em Trânsito quando das movimentações de doações pelo MME e recebimentos pela entidades receptoras. A redução de R\$ 1.908.671,91 é o registro do recebimento dos bens que foram doados, os Sistemas Fotovoltaicos pertencentes ao antigo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), adquiridos por meio de Convênios Federais. As entidades beneficiadas que registraram o recebimento dos equipamentos em 2021 foram a Universidade Federal do Pará – Campus Tucuruí, no valor de R\$ 1.904.012,90, e a Fundação Universidade Feral do Piauí, no valor de R\$ 4.659,01.

### **Bens Imóveis**

Os Bens Imóveis de Uso Especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrando essas informações ao SIAFI. Quanto aos registros de depreciação, essas informações são enviadas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN por meio de um arquivo para registro no SIAFI. O gerenciamento compreende os imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais.

**Tabela 04\_Bens Imóveis - Composição**

Composição	dez/21	dez/20	AH (%)
BENS DE USO ESPECIAL	51.065.776,87	51.065.776,87	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	2.050.035,42	1.874.214,00	9,38
<b>Total Contábil Bruto</b>	<b>53.115.812,29</b>	<b>52.939.990,87</b>	<b>0,33</b>
DEPREC./ACUM./AMORT.ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(1.146.731,79)	(1.070.786,90)	7,09
<b>Total Contábil Líquido</b>	<b>51.969.080,50</b>	<b>51.869.203,97</b>	<b>0,19</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A conta contábil Bens Imóveis teve uma pequena variação irrelevante de 0,33% em virtude do item Demais Bens Imóveis que apresentou uma acréscimo de R\$ 175.821,42, referente ao pagamento dos serviços da troca dos elevadores, o qual será baixado em virtude de constar em uma subconta de caráter transitório. De acordo com o Manual SIAFI Macrofunção 021107 – Imóveis de Propriedade da União, as benfeitorias, obras ou reformas que forem realizadas nos imóveis e os imóveis a registrar, que forem incorporados aos imóveis de uso especial deverão ter os seus saldos baixados, no SIAFI.

### **Nota 4 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**

Nesta conta foi registrada a obrigação a curto prazo contraída a partir de acordos de empréstimos de recursos externos junto a credores financeiros externos, por meio de contrato, evidenciada na subconta 21221.03.00 – Empréstimos Externos em Contratos. Esse valor permanece nessa conta desde de 2015, ano em que houve a implantação do novo Plano de Contas do Setor Público. Assim os saldos de anos anteriores, de 2012 a 2014, registrados em contas de compensação (contas de controle) na Unidade Gestora 320060 Meta, migraram para a conta atual permanecendo o saldo inalterado de 2015 até dez/2021, por não houver pagamento dessa obrigação.

As obrigações provenientes de dívida externa ficaram sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN, a partir do Decreto nº. 8.295, de 15/08/2014, que alterou o Decreto nº. 5.994/2006. Assim os pagamentos desses contratos são efetuados pela STN com reflexo de baixa na conta de obrigação, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, registrada na unidade gestora que é a detentora do projeto financiado com os recursos externos.

Os pagamentos dessa dívida, executados na fonte 148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA, somente são realizados a partir da aprovação do crédito orçamentário.

**Tabela 05 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**

Unidade Gestora		dez/21	dez/20
320060	PROJETO META/SECRETARIA EXECUTIVA	207.024,71	207.024,71
<b>Total</b>		<b>207.024,71</b>	<b>207.024,71</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

### Nota 05 – Remuneração Pessoal e Encargos Patronais

**Tabela 06 - Remuneração Pessoal e Encargos Patronais - Composição**

Composição	dez/21	dez/20	AH(%)
VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	5.341.836,13	5.598.282,88	-4,58
ABONOS	792.385,29	846.629,45	-6,41
ADICIONAIS	15.794,80	17.561,49	-10,06
GRATIFICACOES	16.743.888,22	16.548.002,94	1,18
FERIAS - RPPS	556.864,95	635.728,04	-12,41
13. SALARIO - RPPS	1.973.279,85	1.978.509,61	-0,26
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	54.364,30	114.820,89	-52,65
OUTROS VENC.E VANTAG.FIXAS E VARIAVEIS RPPS	59.973,72	41.080,05	45,99
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	2.694.083,84	2.829.057,70	-4,77
<b>SUBTOTAL (1) RPPS</b>	<b>28.232.471,10</b>	<b>28.609.673,05</b>	<b>-1,32</b>
VENCIMENTOS E SALARIOS - RGPS	24.299.337,99	24.690.386,37	-1,58
ADICIONAIS	3.556,70	3.111,71	14,30
GRATIFICACOES	10.761.868,29	11.194.875,59	-3,87
FERIAS - RGPS	1.052.697,82	1.534.805,06	-31,41
13. SALARIO - RGPS	2.962.362,06	3.126.305,65	-5,24
INDENIZACOES - RGPS	21.011,68	0,00	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS - ATIVO CIVIL RGPS	745.800,93	668.618,61	11,54
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	8.711.072,10	8.869.257,52	-1,78
FGTS	2.202.585,80	2.392.978,00	-7,96
<b>SUBTOTAL (2) RGPS</b>	<b>50.760.293,37</b>	<b>52.480.338,51</b>	<b>-3,28</b>
<b>TOTAL (1) + (2)</b>	<b>78.992.764,47</b>	<b>81.090.011,56</b>	<b>-2,59</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A folha de pagamento de pessoal do Ministério apresentou em dezembro/2021 o montante de R\$ 78,9 milhões, tendo uma redução de 2,59% em relação a dez/2020. Dentre essa composição a maior rubrica é com os Vencimentos e Salários do regime celetista, a qual também compõem o quadro de pessoal do Ministério que em dez/2021 correspondeu ao valor de R\$ 24,2 milhões. A soma das rubricas pertinentes aos celetistas correspondeu a 64,26% da folha total desembolsada com a Remuneração de Pessoal e Encargos Patronais em comparação com os 35,74% pertinentes ao total da Remuneração e Encargos dos servidores vinculados a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

## Nota 06 – Aposentadoria e Pensões

**Tabela 07 - Aposentadorias e Pensões**

Composição	dez/21	dez/20	AH(%)
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	43.528.618,71	45.733.078,01	-4,82
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	7.465.353,35	7.750.602,72	-3,68
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	194.554,47	212.097,17	-8,27
DEMAIS VANTAGENS PECUNIARIAS	3.789.998,91	4.029.595,64	-5,95
PENSOES CIVIS	38.209.443,97	38.794.428,03	-1,51
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	3.588,62	0,00	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	47.140,56	47.242,11	-0,21
AUXILIO FUNERAL	223.048,10	166.793,44	33,73
AUXILIO NATALIDADE	0,00	659,25	0,00
ASSISTENCIA A SAUDE RPPS	1.625.718,57	1.773.482,52	-8,33
ASSISTENCIA A SAUDE RGPS	769.496,55	689.046,89	11,68
<b>TOTAL</b>	<b>95.856.961,81</b>	<b>99.197.025,78</b>	<b>-3,37</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A rubrica Aposentadoria e Pensões também evidenciou uma redução equivalente a 3,37% em dez/21 no valor total de R\$ 3.340.063,97, considerando a ocorrência de decréscimo na maioria dos itens que compõe essa conta.

## Nota 07 – Exploração de Bens e Serviços

**Tabela 08 - Exploração de Bens e Serviços**

Composição	dez/21	dez/20	AH(%)
CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	38.724,04	88.962,79	-56,47
CONSUMO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	39.878,23	20.419,29	95,30
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	38.303,29	205.842,70	-81,39
DIARIAS	714.502,99	348.915,29	104,78
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PF	527.955,50	369.443,92	42,91
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	33.270.862,52	11.143.130,42	198,58
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	19.537.504,34	13.300.162,60	46,90
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	288.091,24	340.664,15	-15,43
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.-PJ	1.277.178,77	913.829,90	39,76
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	41.734.264,28	171.840.388,04	-75,71
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	1.779.960,96	1.519.305,59	17,16
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	393,17	1.424,70	-72,40
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ	12.949,87	12.357,00	4,80
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	10.738,96	888,80	1.108,25
SEGUROS EM GERAL	15.325,61	9.573,67	60,08
SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	0,00	0,00	
SERV.COMUNICAC.,GRAFICOS E AUDIOVIS.-PJ-INTRA	181.968,57	185.535,07	-1,92
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PJ - ESTADO	2.960,00		
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	2.570.051,20	3.083.391,13	-16,65
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	75.944,89	55.774,35	36,16
AMORTIZACAO DE INTANGIVEL	907.355,57	922.486,77	-1,64
<b>Total</b>	<b>103.024.914,00</b>	<b>204.362.496,18</b>	<b>-49,59</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

A tabela acima traz a composição da rubrica Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo que para dez/2021 apresentou um decréscimo de 49,59% equivalendo ao valor de R\$ 101.337.582,18.

A rubrica Serviços Administrativos – PJ foi a que apresentou a maior redução em valores absolutos quantificada em R\$ 130.106.123,76 (-75, 71%). Nessa rubrica são registrados os pagamentos à Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal, relativos à remuneração pela gestão de contrato e representação da União pelos serviços de gestão de contratos de partilha de produção, gestão de acordos de individualização da produção e gestão da

comercialização. Esse serviço fica registrado contabilmente na Unidade Gestora 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- SPG que é responsável pela gestão do contrato.

## Nota 08 – Incorporação de Passivos

**Tabela 09 - Incorporação de Passivos**

Composição	dez/21	dez/20
INCORPORACAO DE PASSIVOS	4.000.000.000,00	-
<b>Total</b>	<b>4.000.000.000,00</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Incorporação de Passivos compreendeu a saída de recursos para depósito referente ao capital inicial da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, CNPJ 43.913.162/0001-23, nos termos da Lei nº. 6.404/1976, incisos II e III do artigo 80, que dispõe sobre os requisitos preliminares para constituição de uma empresa.

A Lei nº. 14.182, de 12/07/2021, que trata da desestatização da Eletrobrás, autorizou a União a criar a citada empresa pública a qual foi instituída por meio do Decreto nº 10.791, de 10/09/2021.

## **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

### Nota 09 – Comparativo de Receitas Realizadas

**Tabela 10- Comparativo Receitas Realizadas**

Natureza Receita	dez/21	dez/20	AV%
	Receitas Realizadas	Receitas Realizadas	
CONTR.S/REC.CONCESS.PERM.ENERG.ELETR.-PRINC.	346.274.469,47	261.945.379,29	78,27
CONTR.S/REC.CONCESS.PERM.ENERG.ELETR.-MUL.JUR	0,00	13.013,43	0,00
UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS-ITAIPU-PRINC.	32.698.204,23	34.619.276,72	7,39
UTILIZ.REC.HIDRICOS-DEMAIS EMPRESAS-PRINC.	43.581.775,03	49.915.989,98	9,85
UTILIZ.REC.HIDRICOS-DEMAIS EMPRESAS-MUL.JUR.	13.762,79	0,16	0,00
UTILIZ.REC.HIDRICOS-DEMAIS EMPRESAS-DIV.AT.	836,31	3.481,54	0,00
RESERVA GLOBAL DE REVERSAO-PRINCIPAL	19.832.095,96	24.003.105,17	4,48
<b>TOTAL</b>	<b>442.401.143,79</b>	<b>370.500.246,29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

O valor total das receitas arrecadadas até 31/12/2021 foi de R\$ 442.401.143,79, destacando-se a principal receita do MME que é a Contribuição sobre Receita de Concessão, Permissão de Energia Elétrica com o percentual de 78,27% do total das Receitas Realizadas. A citada receita configurou um aumento em sua arrecadação de 32,19% , representando a quantia de R\$ 84.329.090,18, do ano de 2020 para o ano de 2021.

Os recolhimentos dessas receitas são realizados pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e o MME figura como órgão destinatário dos recursos de pesquisa e desenvolvimento - P&D, provenientes do inciso III, artigo 4º da Lei nº 9.991, 24/06/2000. O reflexo orçamentário fica registrado na UG 320002 – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças e os recursos vão direto para a Conta Única do Tesouro Nacional – CTU, consignados na fonte de recursos 170 – Fonte Tesouro. Essa mesma Unidade Gestora administra a emissão dos boletos por meio do Sistema de Arrecadação para Pesquisa e Desenvolvimento – SAPED.

A receita Reserva Global de Reversão - principal, embora represente 4,48% do total arrecadado constitui valor relevante, tendo em vista que se trata de receita própria do Órgão com reflexo diretamente no caixa da Unidade Gestora, ou seja, conta contábil de Limite de Saque.

## Nota 10 – Despesas Correntes

**Tabela 11 - Despesas Correntes - Composição**

	dez/21	dez/20	AH(%)
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	51.392.115,63	54.067.121,50	-4,95
PENSOES	41.278.847,56	41.989.285,21	-1,69
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	107.026,10	303.100,75	-64,69
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	280.072,55	220.820,14	26,83
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65.216.874,25	65.483.546,21	-0,41
OBRIGACOES PATRONAIS	13.592.898,36	14.044.449,66	-3,22
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	714.071,69	349.171,10	104,50
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	255.862,64	286.303,18	-10,63
MATERIAL DE CONSUMO	118.172,69	119.585,89	-1,18
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.419.285,53	954.293,05	48,73
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	528.386,80	369.875,22	42,86
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	13.284.854,46	12.338.712,99	7,67
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	76.492.465,95	177.762.484,52	-56,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	10.894.492,85	10.978.315,66	-0,76
CONTRIBUICOES	36.665,75	30.250,50	21,21
AUXILIO-ALIMENTACAO	3.675.791,73	3.757.019,87	-2,16
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.624,00	20.000,00	-1,88
AUXILIO-TRANSPORTE	378.777,63	472.613,92	-19,85
PENSOES ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS	940.811,28	1.350.209,36	-30,32
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	139.506,00	49.904,96	179,54
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.013.117,08	1.143.262,89	-11,38
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	21.011,68	0,00	100,00
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	5.912.804,92	3.906.678,50	51,35
<b>TOTAL</b>	<b>287.713.537,13</b>	<b>389.997.005,08</b>	<b>-26,23</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

O valor total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2021 foi na ordem de R\$ 287.713.537,13, havendo uma redução de 26,23% do exercício de 2020 para 2021. E o Item que mais contribuiu para essa redução foi Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORB., no valor de R\$ 101.270.018,57. Embora havendo esse decréscimo em 2021, algumas despesas se destacaram com aumento representativo em valores nominais. São os itens: Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado no valor de R\$ 2.006.126,42, Passagens e Despesas com Locomoção no valor de R\$ 464.992,48 e Diárias no valor de R\$ 364.900,59.

## Nota 11 – Despesas de Capital

**Tabela 12 - Despesas de Capital - Composição**

	dez/21	dez/20	AH(%)
INVESTIMENTOS	5.556.525,97	2.480.863,31	123,98
INVERSÕES FINANCEIRAS	4.000.000.000,00	-	100,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.005.556.525,97</b>	<b>2.480.863,31</b>	<b>161358,17</b>

Fonte: SIAFI

Inversões Financeiras são dotações destinadas à aquisição de bens de capital já em utilização e aquisição de títulos representativos do capital e empresas já constituídas quando a operação não importa aumento

de capital. No caso de despesas de participação na constituição ou aumento de capital de empresas, haverá Inversão Financeira quando a empresa for comercial ou financeira e investimento quando essa for industrial ou agrícola.

No caso do MME, referiu-se à constituição do capital inicial de R\$ 4.000.000.000,00 da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, CNPJ 43.913.162/0001-23, valor também mencionado na Nota 08 – Incorporação de Passivos -Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP.

## **DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA**

### **Nota 12 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

No exercício de 2021 o MME auferiu uma Geração Líquida de Caixa positiva de R\$ 18,2 milhões em razão de os ingressos obtidos terem sido maiores que o valor total dos desembolsos. Dos R\$ 68,8 milhões relativos aos ingressos do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 64,8 milhões corresponderam aos seus desembolsos para as suas atividades. As aplicações de maior representatividade foram as Transferências Financeiras Concedidas, que configuraram movimentações financeiras às outras unidades para execução, com 99,56% de todo valor desembolsado.

**Tabela 13 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

<b>FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>
INGRESSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	68.837.587.914,38	40.962.994.367,68
INGRESSOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-64.814.660.101,91	-40.965.283.742,76
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.004.667.014,61	-330.425,54
<b>GERAÇÃO LIQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>18.260.797,86</b>	<b>-2.619.800,62</b>

Fonte: SIAFI

Brasília, 04 de março de 2022.

Elizane Veloza Costa Guedes

Contadora – CRC/DF nº 018138/O-2